



6919964



08020.003008/2018-39



**MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
Secretaria Nacional de Segurança Pública  
Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Nesta cidade de Brasília/DF, no Palácio da Justiça, 5º andar, sala 502, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito foi realizada a 105ª reunião do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública – CGFNSP. **O Sr. Jean Ricardo Alves Duque**, Vice-Presidente do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP, abriu os trabalhos às 14h15min iniciando com saudação aos presentes e justificando as ausências do Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto dos Santos Cruz, que estava em agenda externa, porém, iria assumir a reunião assim que retornasse ao Ministério, e do Conselheiro João Francisco Goulart Santos, Coordenador-Geral de Administração da DFNSP, representado pelo Conselheiro-Suplente, Sr. Leonardo Garcia. Solicitou que o Sr. Fábio Alexandre e Silva, da Secretaria Executiva do Conselho, realizasse a leitura da ata da reunião anterior (104ª reunião) e pediu aos membros presentes que, se identificassem qualquer inconformidade no documento lido, de pronto fosse informada para o devido ajuste. O Sr. Carlos Alberto dos Santos Cruz, Presidente do Conselho, chegou às 14h45min, assumindo a reunião em curso. Ao final da leitura da ata, ela foi aprovada, por unanimidade, sem alteração. O **Sr. Vice-Presidente** solicitou que todos os membros presentes se apresentassem, informando o nome completo e órgão de representação para fins de registro em áudio e lista de presença. O **Sr. Vice-Presidente** trouxe à baila resposta a questionamento da reunião anterior da Conselheira Karolina Castro sobre o controle do limite de 10% previsto no Art. 4º, parágrafo 8, da Lei nº 10.201/2001 para gastos anuais com construção, reformas e adaptações de imóveis quanto ao limite de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Havia sido consignado na ata da 104ª Reunião Ordinária do CGFNSP que tal controle só seria possível depois da aprovação do plano anual de aquisições. Considerando a aprovação do plano de aquisições 2018 que prevê a realização de 01 (uma) obra estimada em R\$ 6 milhões, no Gama/DF, e que esta obra representa menos de 10% (dez por cento) do valor total previsto no exercício para atendimento dos projetos enquadrados nos incisos I a V do art. 4º da Lei nº 10.201/2001, a questão foi elucidada, atendendo então a este dispositivo legal *vis-a-vis* o orçamento aprovado para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Complementou o **Sr. Vice-Presidente** dizendo que em relação às propostas oriundas de emendas impositivas não havia condições de avaliar, pois elas não foram aprovadas até aquela data. Em relação aos incisos VI e VII, que trata da remuneração para as denúncias e da manutenção do sistema “disque-denúncia”, ficou deliberado que só será financiado quando tiver uma regulamentação em maior profundidade acerca do tema, sendo talvez necessária a edição de um decreto pela Casa Civil. O **Sr. Presidente** informou que este tipo de iniciativa de recompensar financeiramente quem fizer denúncia que leve à uma prisão é uma situação complicada e requer uma melhor análise e avaliação, ressaltando a necessidade precípua de regulamentação para melhor utilizar este recurso. O **Conselheiro Sylvio Koury** informou que não compreendeu a necessidade de regulamentação por parte da Casa Civil do uso dos incisos VI e VII da Lei nº 10.201/2001 da destinação específica de recurso do Fundo, pois não estava presente na reunião anterior. O **Sr. Vice-Presidente** informou que os recursos do Fundo poderão agora, com bases nos incisos citados, financiar esse tipo de serviço (disque-denúncia com premiação em dinheiro). Complementou que já houve solicitações apresentadas à Senasp questionando o que seria necessário para ter acesso a esses recursos, ressaltando que o Conselho e a Senasp não têm condições de regulamentar sobre isso. O **Conselheiro Sylvio Koury** informou, novamente, que a Lei foi explícita em dizer que pode ser direcionado pelo CGFNSP, talvez sendo possível

por regulamentação interna, sem julgamento de mérito. O **Sr. Vice-Presidente** informou que foi muito pertinente a observação do Conselheiro e que, inclusive, estava consignado na ata da reunião anterior que a opção pelo Decreto seria submetida à análise do representante da Casa Civil. O **Conselheiro Sylvio Koury** sugeriu que fosse realizada uma consulta à assessoria jurídica do Ministério para esclarecer, com segurança, se a Senasp tem poder de regulamentação ou se é necessário outro instrumento, informando que no entendimento dele seria possível ter a regulamentação deste dispositivo pela Senasp. O **Sr. Presidente** disse que solicitará análise por parte da assessoria jurídica para informar quem tem a competência legal para estabelecer estes critérios. O **Sr. Presidente**, dando continuidade à pauta da reunião, trouxe informação acerca da problemática dos convênios e contratos no que tange à adequada fiscalização desses instrumentos, isto devido ao grande número de convênios/contratos e o reduzido quadro de pessoal para trabalhar neles. Informou que está tomando medidas administrativas, dentre elas a realização de curso de fiscalização de contratos que contou com a participação de 28 pessoas e a realização do curso de fiscalização de convênios que contou com a participação de 54 (cinquenta e quatro) pessoas, enfatizando que anteriormente eram somente 12 (doze) servidores para atender a demanda de mais de 440 (quatrocentos e quarenta) convênios. Acrescentou, ainda, que está em curso a reorganização e redistribuição dos convênios existentes para os novos fiscais e que essa redistribuição será publicada em Portaria. Cada fiscal poderá ir 2 (duas) vezes por ano, *in loco*, fiscalizar o objeto do convênio e apresentar relatório à Senasp. Sobre os mobilizados atuarem como fiscais, informou que foi submetido esse assunto à COGER (Coordenação-Geral de Gestão de Riscos da Senasp) que se pronunciou favoravelmente, afirmando ser possível e lícita a designação de servidor mobilizado para acompanhamento e fiscalização de contratos e convênios. Este documento emitido pela COGER será submetido a CONJUR. Dando prosseguimento à reunião, o **Sr. Presidente** solicitou que o Sr. Leandro Arbogast da Cunha apresentasse os resultados da rede EAD (ensino à distância). O **Sr. Leandro da Cunha** apresentou o panorama da rede EAD e fez uma breve explanação sobre os contratos 22/2015 e 39/2014, findados em 2017, que se tratavam de secretariado virtual e transposição dos cursos, bem como a apresentação dos novos contratos 05/2018 e 06/2018, aprovados *ad referendum* pelo Presidente do CGFNSP, com o mesmo objeto e com validade até 2019, ressaltando a diminuição dos custos de forma significativa e esclarecendo questionamentos realizados. O **Sr. Presidente** continuou a reunião com a explanação sobre mobilização e desmobilização, pagamento de diárias e passagens para profissionais integrarem a Força Nacional de Segurança Pública, contextualizando assim, os membros do Conselho para a próxima temática a ser tratada, solicitando que o CB PMRN Benjamim Marques de Souza Júnior, da Diretoria da Força Nacional, discorresse sobre diárias e passagens. O **Sr. Benjamim Marques** apresentou gráfico com os gastos com diárias e passagens, distribuídos por missão (localidade), informando os valores pagos em cada uma destas. Explicou aos Conselheiros que houve uma volatilidade em relação ao número de mobilizados e também no valor total pago a cada mês em virtude de novas mobilizações e desmobilizações que ocorrem diariamente no âmbito da Força Nacional pelos mais diversos motivos. Ressaltou que em nenhum dos meses a Diretoria da Força Nacional ultrapassou o limite estabelecido pelo CGFNSP de 2.300 (dois mil e trezentos) profissionais mobilizados. O **Sr. Presidente** explicou sobre o limite de 2.300 profissionais, pois no seu entendimento é o efetivo ideal para atender a demanda existente. Informou ainda que existe a perspectiva de desmobilização nos próximos 3 (três) meses de aproximadamente 230 (duzentos e trinta) profissionais oriundos das Forças Armadas que estão prestes a completar o tempo limite em serviço ativo. O **Sr. Benjamim Marques** explanou sobre o gasto com passagens aéreas pela Diretoria da Força Nacional com a movimentação de mobilizados, totalizando a despesa de R\$ 148.088,29 nos 3 (três) meses. O **Sr. Presidente** deu continuidade à pauta solicitando a apresentação das propostas *Ad Referendum*. O **Sr. Carlos Afonso**, Diretor de Inteligência da Senasp - DINT, iniciou a apresentação fazendo uma explanação sobre o trabalho da DINT e a filosofia de trabalho atual. A primeira aprovação *Ad Referendum* apresentada tem como objetivo a solução de extração e análise de dados em aparelhos celulares, inclusive de dados na “nuvem” e integração de informações. Os estudos realizados conduziram à proposta de aquisição de 30 kits (aparelhos), sendo obedecido os requisitos, a citar: autorização judicial para emprego dessa tecnologia, operações interagências, tema de interesse da SENASP, do fórum nacional de Segurança Pública ou do Estado, compartilhamento dos dados com a DINT e obedecer estritamente a regulamentação que a Diretoria de Inteligência irá fornecer. A ideia é ministrar treinamento às Polícias Judiciárias e as unidades de Inteligência das Polícias Militares, abrindo frentes de trabalho e aumentando a capacidade operacional nesta área. O **Sr. Presidente** explicou aos membros acerca da necessidade da aquisição deste equipamento usando como exemplo a entrada de elevado número de celulares em estabelecimentos prisionais no Paraná, o que torna inviável a análise e mapeamento da organização criminosa, porém, esse kit dispõe de software que permite a análise de até 100 aparelhos simultaneamente, facilitando o trabalho da polícia investigativa e pericial. Ressaltou que o uso indevido, sem as autorizações necessárias, por parte

do profissional de inteligência implicaria responsabilização. O **Conselheiro Sylvio Koury** comentou que não ficou claro como seria viabilizado o uso legal deste equipamento e como foi realizado o estudo de demanda. O **Sr. Carlos Afonso** informou que os trabalhos seriam realizados após obtenção de autorização judicial expressa. A autoridade policial irá solicitar a quebra do sigilo ao Poder Judiciário e este poderá autorizar, ou não, o uso deste equipamento para as ações de inteligência delineadas. No ano de 2017 foi apontado que a aquisição do referido kit seria prioritária para todas as agências (PM, BM, PC, SSP) que trabalham nesta área em uma listagem apresentada pela DINT. Nesse sentido, entendeu-se que para iniciar o trabalho o número de 30 (trinta) kits seria adequado, pois atenderia os 27 estados, restando 3 (três) em reserva. O **Sr. Presidente** informou que existe em curso um projeto para se implementar uma central de Inteligência de Segurança Pública no prédio do Anexo II do Ministério e mais 06 (seis) centros regionais de inteligência, tendo o objetivo de integrar as informações. A **Conselheira Karolina Castro** questionou sobre como é este contrato, se seria o equipamento e software, somente equipamento ou somente software, justificando a pergunta devido ao alto valor a investir. **Sr. Carlos Afonso** informou que a solução completa é composta por quatro componentes e que o modelo de contratação já contempla atualização integral por 3 anos, tendo um custo médio de atualização de 20% a 30% do custo de aquisição a partir do 4º ano. No novo modelo proposto pela Diretoria de Inteligência quase tudo seria centralizado na SENASP, que passaria a distribuir informações, equipamentos e conhecimento para os entes federados. O **Sr. Presidente** informou que hoje a SENASP tem cerca de 80 profissionais de Inteligência e a intenção é aumentar o efetivo, pois é com a atuação contundente da área de Inteligência que se fará o combate efetivo à criminalidade. A **Conselheira Karolina Castro** questionou acerca das datas das três propostas *Ad Referendum*, sendo de datas variadas e recentes, inclusive algumas delas anteriores à última reunião do CGFNSP. O **Sr. Vice-Presidente** informou que ocorreu um problema interno de comunicação na Senasp e que por esse motivo essas propostas não foram submetidas à aprovação do CGFNSP na última reunião do Conselho, regularizando a situação apenas na presente reunião. O **Sr. Vice-Presidente** perguntou se em relação às propostas *Ad Referendum* da DINT e DEPAID haveria alguma objeção, e por não haver, todas as três propostas *Ad referendum* apresentadas foram aprovadas por unanimidade. O **Sr. Presidente** explanou sobre o uso de “drones” para planejamento e execução de operações, minimizando os custos e as baixas (mortalidade) de profissionais. São “drones” convencionais, quadricópteros, que pretende-se adquirir. O **Sr. Carlos Afonso** informou que disponibilizou a ata de preço para que sejam adquiridos pelos entes federados, diminuindo o custo deste equipamento. O **Conselheiro Leonardo Garcia** questionou sobre o uso do “drone” não estar regulamentado ainda pelo Congresso. O **Sr. Presidente** informou que sim, precisa ser disciplinado e regulamentado, porém o uso proposto pela Senasp atenderia ao regramento atual. O **Sr. Leandro da Cunha**, da DEPAID, informou que em parceria com o DPSP a DEPAID estaria planejando o curso para habilitar profissionais nesta área. O **Sr. Presidente** ressaltou a extrema importância da aquisição de equipamentos tecnológicos para fazer frente à criminalidade. O **Sr. Carlos Afonso** retomou apresentando a proposta da DINT relacionada aos equipamentos de contra-inteligência. Foi realizado um intervalo de 15min. Às 16h40min o **Sr. Presidente** deu continuidade à reunião, anunciando as duas propostas de aquisição, da Diretoria de Inteligência, que visa a aquisição de “drones” e de equipamentos de contra-inteligência. O **Conselheiro Leonardo Garcia** informou que estaria divergente o valor informado no documento apresentado em papel aos Conselheiros e o valor apresentado no slide. O **Sr. Carlos Afonso** esclareceu que o valor de R\$ 1.414.000,00 refere-se à licitação para registro de preço de 108 equipamentos a fim de permitir futuras adesões pelos estados mas que a DINT pede, neste momento, para fazer aquisição de 08 equipamentos no valor de R\$ 101.908,00. Já em relação ao kit contra-inteligência, constituído por 9 componentes, o valor é de R\$ 661.000,00. O **Sr. Presidente** colocou em votação os projetos apresentados. O **Conselheiro Leonardo Garcia** solicitou que o MESP ou a SENASP fizesse gestão para agilizar a aprovação do uso de “drone” para a Segurança Pública na Câmara dos Deputados. O **Conselheiro Sylvio Koury** questionou se, mesmo sem a regulamentação abordada, os “drones” poderiam ser utilizados. O **Sr. Carlos Afonso** respondeu afirmativamente, que os “drones” poderiam ser utilizados dentro das normas atualmente vigentes para esse equipamento. Em votação foram aprovados os dois projetos por unanimidade. O **Sr. Presidente** colocou em pauta as propostas de aquisição para a Força Nacional. O **Sr. Esdras Leão Amorim**, mobilizado da Força Nacional, apresentou a proposta que solicita contratação do combustível de aviação para as aeronaves da DFNSP. Apresentou também a aquisição da compra de impressora de cartões, cartuchos e kit de limpeza para a impressora, informando que o MJ desde dezembro parou de fornecer cartões de identificação. O **Sr. Presidente** fez uso da palavra solicitando que essa última proposta fosse retirada de pauta, pois a aquisição da impressora de cartões já teria sido realizada autorizada pelo mesmo por envolver valor inferior a R\$ 8 mil. Informou que essa não seria uma proposta de aquisição, mas sim uma aprovação *ad referendum*. O **Sr. Presidente** falou sobre a terceira proposta de aquisição que tratava da questão de medalhas na Força Nacional, adquiridas

anualmente por licitação. Finalizando com apresentação da quarta proposta que versava sobre contratação de serviço de transporte fluvial para deslocamento das tropas na Região Norte. O **Sr. Presidente** informou sobre a dificuldade da operação para movimentar tropas na região acima do Rio Amazonas. O **Ten. Leão** apresentou, neste sentido, a solicitação para contratação desse serviço, no valor de R\$ 746.200,80 para contratação de empresa especializada em transporte fluvial de veículos e passageiros para atender as demandas da Força Nacional de Segurança Pública nos municípios de Belém, Macapá, Manaus e Porto Velho. O **Sr. Vice-Presidente** explanou que o valor anteriormente informado era uma estimativa, podendo ser usado bem menos, visto ser um serviço contratado por demanda. O **Ten. Leão** informou da dificuldade encontrada no processo de pesquisa de preços praticados pelo mercado em vista da grande disparidade nos valores pesquisados, pois os prestadores de serviço tendem a elevar o preço das propostas em demasia diante do interesse de contratar manifestado pela União. O **Conselheiro Sylvio Koury** questiona se é para um contrato perene ou para serviço específico, se seria por 1 ano ou eventual. O **Sr. Vice-Presidente** informou que o contrato teria vigência de 1 ano, prorrogável por até 60 meses. O **Conselheiro Sylvio Koury** informou que a preocupação dele é estagnar o orçamento sem o uso claro e continuado. O **Sr. Vice-Presidente** informou que pode ser empenhado valor mínimo (empenho estimativo) e posteriormente ir reforçando, sem o risco de estagnação do orçamento, porém, a ideia é ter a aquisição autorizada para atendimento destas demandas que, inevitavelmente, serão necessárias visto que as tropas não permanecerão indefinidamente nos municípios citados da Região Norte. O **Sr. Presidente** solicitou que fosse alterado o empenho estimativo para R\$ 80 mil na questão do item 4, tendo em vista sua experiência, podendo ser alterado posteriormente conforme necessidade, até o limite dos R\$ 746.200,80 proposto inicialmente. Colocou os 4 itens em votação do Conselho, sendo todos eles aprovados por unanimidade. Dando continuidade à pauta prevista, o **Sr. Victor Campos**, Diretor de Operações da Senasp, se apresentou aos integrantes do Conselho e explanou sobre o SIC4, Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle, mostrando a necessidade dessa integração para diminuir os custos das ações, bem como a agilidade nos atendimentos de ocorrências e operações. Informou que foi realizado estudo para viabilizar a operação do CICCEN, Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, o qual tem ativação prevista para maio de 2018 para atuação permanente, e a implementação dos centros regionais. A ideia é reativar 13 centros regionais e mantê-los em pleno funcionamento integrado com o Centro Nacional. Informou que o ente federativo teria a contraprestação de fornecer a estrutura para que a SENASP pudesse apoiar a instalação do centro, seja municipal ou estadual. Explicou que a diferença entre o Centro Municipal e o Estadual é a quantidade de itens instalados. Informou que a equipe da DIOP/SENASP já iniciou as visitas aos estados para verificar a possibilidade/viabilidade de instalação dos centros, desta forma, validando a instalação ou solicitando alteração em pontos específicos para viabilizar a instalação. Informou que existe previsão de custo no valor de R\$ 7.685.700,00 para 1 (um) Centro Estadual, podendo diminuir este valor de acordo com o relatório apresentado pela equipe da DIOP/SENASP. O **Sr. Presidente** fez uso da palavra explicando sobre os Centros Integrados que foram construídos para a Copa do Mundo, sendo centros de excelência, porém com um custo demasiadamente alto. Informou a intenção de expandir 2 centros estaduais e 2 municipais por ano, iniciando em 2018, nos moldes que hoje a SENASP projeta, com custo menores, porém altamente eficazes. O **Sr. Victor Campos** informou que o crime não se restringe a limites geográficos ou fronteiras, então há a necessidade de integrar as informações e ações, sendo o centro integrado uma ferramenta necessária para atuação na área de segurança pública. A **Conselheira Karolina Castro** perguntou como seriam os critérios para a escolha dos locais de instalação dos centros. O **Sr. Victor Campos** informou que na questão de municípios serão por critério de aglutinação de órgãos (PF, RFB, MAPA, PM, PC, PRF, MD), preferencialmente, na fase inicial, em áreas de fronteira. Já na escolha estadual, o critério é por questão estratégica, disponibilidade, concordância dos estados na região, dentre outros. A **Conselheira Karolina Castro** informa que é importante deixar claro e registrado os critérios de natureza técnica para a instalação destes centros para que não haja obscuridade e intervenções puramente políticas. O **Sr. Presidente** informa que atualmente o critério usado por ele é de ser na faixa de fronteira, pela fragilidade na atuação coordenada dos órgãos de segurança pública nessas áreas, concordando com a ponderação da Conselheira Karolina Castro. O **Conselheiro Sylvio Koury** questionou sobre o funcionamento dos Centros e como se daria essa integração, acrescentando que se preocupa com a doação de toda a infraestrutura dos centros com recursos do Fundo, sugerindo a possibilidade de prestação de serviço ou de outro modelo. Questionou, ainda, se 12 centros existentes estão funcionando de acordo com a concepção da Senasp e se não seria mais interessante modernizar os centros existentes para que funcionem perfeitamente ao invés de expandir o número de centros integrados. O **Sr. Victor Campos** respondeu ao Conselheiro Sylvio Koury informando que para o projeto da SENASP o que se espera é que haja a unificação do fluxo de informações, integrando as forças de segurança para atuação conjunta, encurtando o tempo resposta no combate à

criminalidade e, que portanto, é necessária uma infraestrutura mínima para que esse processo de integração seja posto em prática. O **Conselheiro Sylvio Koury** questionou se havia uma avaliação sistemática dos centros enfatizando que se espera é que a SENASP pare de doar, pura e simplesmente, infraestrutura para os demais entes federados e passe a integrar e coordenar as ações dos órgãos de segurança. A **Sra. Deborah Ribeiro Nogueira** informou que existe um diagnóstico em curso em relação à atuação dos centros integrados existentes para entender as necessidades de melhoramento de cada centro. O **Sr. Victor Campos** informou que a ideia é que um servidor da DIOP/SENASP faça visitas periódicas para verificar se o que foi proposto pela SENASP está sendo atendido, dando suporte necessário. O **Conselheiro Sylvio Koury** expôs que seria importante que as ações visem à integração das ações das agências de segurança pública e não somente doação de equipamentos e infraestrutura, pois o investimento em novos centros integrados poderia representar desperdício de recursos financeiros, caso tal solução não esteja funcionando perfeitamente. O **Sr. Victor Campos** informou que hoje temos 105 profissionais de 11 estados de fronteiras participando do Fórum de Fronteiras para ao final deste produzirem um trabalho (produtos) para ações ordinárias de segurança pública. O **Conselheiro Sylvio Koury** pergunta quanto custa para manter cada centro. O **Sr. Victor Campos** informou que todos os produtos entregues (computadores, televisões, notebooks) terão garantia estendida, justamente para não onerar os estados com a manutenção dos centros no curto prazo. O **Sr. Vice-Presidente** informou que foi pensado em prestação de serviço, porém, seria extremamente difícil para a União gerir esses contratos com os municípios. O **Sr. Presidente** informou que seria muito complicado garantir que, após a entrega destes equipamentos, todos serão mantidos na exata forma proposta pela SENASP, visto que isso não depende tão somente da Secretaria. O **Conselheiro Sylvio Koury** questiona, novamente, se os 12 centros estão funcionando conforme projeção da SENASP. A **Sra. Deborah Ribeiro** informou que os 12 centros estão funcionando e 10 estados já enviaram o diagnóstico solicitado para avaliação do funcionamento. Acredita que na primeira quinzena de maio deve ter o diagnóstico total dos 12 centros. O **Conselheiro Sylvio Koury** informou não ser contrário à instalação dos Centros Integrados, mas ressaltou que sua preocupação estaria relacionada ao funcionamento atual dos Centros e à viabilidade da expansão dos centros já construídos. O **Sr. Presidente** pontuou a necessidade de criar-se uma metodologia de análise do funcionamento e fiscalização dos Centros, sendo mais rigoroso na avaliação periódica desses indicadores, se solidarizando com o Sr. Sylvio Koury, mas sendo a favor da expansão. O **Sr. Presidente** informou que há localidades em que a necessidade é de motivar os profissionais visto que existem instituições de alguns estados que não possuem o básico para o trabalho, como computadores, impressoras. O **Sr. Presidente** abriu a votação para a autorização da instalação e expansão dos centros, solicitando que a equipe da DIOP/SENASP apresentasse na próxima reunião a avaliação/diagnóstico do funcionamento dos centros ativados e metodologia de acompanhamento/fiscalização. A **Conselheira Karolina Castro** reforça que é necessário que seja abertamente informado como estão sendo escolhidos as localidades que sediarão os Centros Integrados. O **Sr. Presidente** informou que o critério técnico adotado, em uma visão operacional, seria instalar estes Centros Integrados na fronteira. O **Conselheiro Sylvio Koury** se absteve da votação deste item, informando que não ficou clara a proposta de operacionalização, integração e expansão dos Centros. A **Conselheira Karolina Castro** aprova com as ressalvas feitas por ela anteriormente e do Sr. Presidente. O **Sr. Victor Campos** informou que o valor em votação é de 21 milhões, sendo possível com este montante a instalação de 2 centros estaduais e 2 municipais. A **Sra. Deborah Ribeiro** informou que além da instalação de novos centros tem-se a projeção de modernização das instalações do CICC. O **Conselheiro José Fernandes Pontes Júnior** informou que acompanha o Sr. Sylvio na abstenção, pois não ficou clara a proposta apresentada e ressaltou que seria necessário analisar com maior profundidade a proposta de expansão dos Centros Integrados. O **Sr. Presidente** solicitou que o **Sr. Victor Campos** apresente o CICC-N aos Conselheiros que se abstiveram por dúvidas relacionadas à efetividade da proposta para poder esclarecer de forma didática e prática o funcionamento do Centro. O **Sr. Presidente** informou que mesmo com a vitória na votação, quer apresentar que a proposta é viável e funciona perfeitamente. Em síntese, a proposta de expansão dos Centros Integrados foi aprovada pelo Conselho Gestor com 2 (duas) abstenções. O **Sr. Vice-Presidente**, Jean Duque, Diretor de Administração da SENASP, fez apresentação da execução orçamentária 2018 (realizada até 06/04/2018) em cada ação orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública. Na ação orçamentária 201D já houve empenho no valor de R\$ 9,5 milhões de reais, nas ações 15P9 e 215R não houve nenhum valor, na ação 2320 o valor de R\$ 3 milhões de reais foi empenhado e na ação 2B00 já houve empenho no valor de R\$ 103,6 milhões de reais. Os valores empenhados até o dia 06/04/2018, segundo o Sr. Vice-Presidente, a 23% do limite disponível na LDO (R\$ 503,3 milhões) para o ano de 2018 do orçamento ordinário. Informou que somado com as emendas impositivas o valor, a dotação do Fundo Nacional de Segurança Pública aproxima-se de R\$ 944,6 milhões de reais. Ressaltou que as emendas impositivas não foram executadas ainda porque

estão ainda no período de avaliação de propostas. Somando-se com as emendas impositivas a execução do orçamento seria de 12% do total previsto. O **Conselheiro José Fernandes** solicitou que houvesse reforço junto à CONJUR sobre a questão da possibilidade dos mobilizados atuarem na fiscalização de contratos e convênios. Em caso positivo, será um incremento importante no efetivo para esta área. O **Sr. Presidente** informou que irá propor ao Exmo. Ministro que se faça requisição de aproximadamente 40 (quarenta) profissionais das Forças Armadas da área administrativa, especificamente de convênios e contratos, por um determinado período, com o escopo de fiscalizar e acompanhar as demandas existentes e futuras. Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** encerrou a reunião às 18h25min.

**Carlos Alberto dos Santos Cruz**

Presidente

**Jean Ricardo Alves Duque**

Vice-Presidente

**Leonardo Freire de Oliveira Garcia**

Suplente – Ministério Extraordinário da Segurança Pública

**José Fernandes Pontes Júnior**

Titular - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Sylvio Cezar Koury Musolino Filho**

Titular – Casa Civil da Presidência da República

**Hélio Fernando Rosa de Araújo**

Titular - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

**Karolina Alves Pereira de Castro**

Titular - Ministério de Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **JEAN RICARDO ALVES DUQUE, Diretor(a) de Administração**, em 15/08/2018, às 09:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Freire de Oliveira Garcia, Analista Técnico Administrativo (ATA)**, em 15/08/2018, às 16:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karolina Alves Pereira de Castro, Usuário Externo**, em 15/08/2018, às 18:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO FERNANDO ROSA DE ARAÚJO, Usuário Externo**, em 15/08/2018, às 18:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Fernandes Pontes Junior, Usuário Externo**, em 16/08/2018, às 16:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sylvio Cezar Koury Musolino Filho, Usuário Externo**, em 23/11/2018, às 13:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **6919964** e o código CRC **A378E51F**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.